REGISTRO DE REUNIÃO

LOCAL: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

DATA: 18 de abril de 2013

PARTICIPANTES:

Representantes da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais: Deputado Durval Ângelo, Deputado Sargento Rodrigues e Deputado Rogério Corrêa.

Comissão de representantes do TJMG, composta pelo Des. Nelson Missias de Morais; Des. Moacyr Lobato de Castro Filho e Des. Adilson Lamouier; Servidores Renato Cardoso Soares, Hilton Secundino Alves, Neuza das Mercês Rezende, Soraya Maria de Oliveira, Sidneia Amélia Simões. Representantes do SERJUSMIG: Sandra Margareth Silvestrini de Souza, Luiz Fernando Souza e Rui Viana da Silva. Representantes do SINJUS: Robert Wagner França, Jonas Pinheiro de Araújo e Wagner de Jesus Ferreira. Representantes do SINDOJUS-MG: Wander da Costa Ribeiro, Jonathan Porto Galdino do Carmo e Eder Geraldo da Silva.

ASSUNTOS:

A comissão iniciou os trabalhos cumprimentando os Deputados presentes e enaltecendo o compromisso social e democrático dos representantes do Poder Legislativo, o que motiva, nesta ocasião, o entendimento. Ressaltou que o Tribunal de Justiça tem grande apreço com o Parlamento mineiro, onde todos os debates são recebidos com respeito. Renovou também o respeito do Tribunal aos sindicatos, enfatizando que essas entidades são o braço político dos servidores, cujo trabalho é silencioso e relevante para a sociedade. Ressalvou também a comissão que o Tribunal é uma Instituição técnica e encontra-se limitado por normas fiscais, sobretudo o limite de comprometimento da receita corrente líquida, estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal em 6%, percentual que tem se mostrado insuficiente ao atendimento das reais necessidades do Poder Judiciário. Prosseguiu com a assertiva de que as soluções propostas devem considerar as possibilidades orçamentárias e fiscais presentes e futuras, inclusive sujeitando-se a travas, que imporão o contingenciamento de despesas que extrapolarem essas possibilidades. Enalteceu a transparência do SINJUS-V)

∭.`.

MARY

Al

MG, a propósito de nota recentemente publicada com o intento de comentar os esclarecimentos que haviam sido prestados aos servidores pelo Tribunal, a respeito das negociações desenvolvidas até então. Robert fez uso da palavra para lembrar que os limites mínimos de melhoria salarial já haviam sido externados pelos sindicatos e enfatizou que os vencimentos dos servidores são defasados em relação aos de outras instituições, inclusive judiciárias. Pugnou pelo cumprimento da lei, no que diz respeito à revisão geral anual pelo IPCA integral. Afirmou sua expectativa de que o Tribunal tenha outra proposta para ser levada à categoria. Sandra lembrou da situação dos escrivães e contadores, que também têm expectativa de implantação da gratificação de chefia e afirmou o entendimento dos sindicatos de que, a despeito dos esclarecimentos prestados pelo Tribunal, há condições de melhorar as propostas apresentadas. Wander falou sobre o desejo dos sindicalistas de encerrar o movimento grevista, mas ressalvou que é necessária a melhoria das propostas apresentadas. A comissão ouviu atentamente as colocações dos sindicatos e dirigiu-se aos deputados, enaltecendo a coerência das reivindicações, mas prestou esclarecimentos sobre a proposta inicial de reajuste escalonado, concluindo que o seu custo é inviável, principalmente para exercícios futuros, por motivos fiscais. Reafirmou que o Tribunal é um Poder essencialmente técnico e que não tem capacidade econômica de atendimento de todas as demandas sindicais. Enfatizou que as propostas do Tribunal registram ganho real para os servidores. O Deputado Durval Ângelo fez uso da palavra, inicialmente referindo-se às origens sindicais dos parlamentares presentes e aludindo ao seu propósito, nesta reunião, de intermediar o entendimento. Informou aos presentes que os parlamentares presentes já haviam se reunido com o Presidente do Tribunal, com um pedido específico de reabertura das negociações. Registrou, ainda, que a competência para deliberação quanto às propostas é da Presidência do Tribunal, devendo-se computar também como relevante conquista a união dos servidores e a sua capacidade de mobilização. Por outro lado, é importante que o Tribunal compreenda que o servidor não pode sair derrotado. Propôs que as contas do Tribunal/ permaneçam abertas, assim como seja transformada em mesa permanento/a comissão de Desembargadores ora constituída, para possibilitar vo

John J.

AS Q.

2/0²/

prosseguimento das negociações. Noticiou que o aumento do vale-lanche é ganho real, tanto que já desperta interesses de servidores de outras instituições, em equiparação. Salientou que o valor do abono, em que pese não atender à expectativa dos servidores, abre um cenário de flexibilidade futura. O Deputado Sargento Rodrigues salientou haver pontos consensuais na pauta de reivindicações. Lembrou que o Tribunal assumiu o compromisso de enviar substitutivo para a ALMG, elevando a revisão geral anual para 6,42%. O reajuste do vale-lanche, a partir de julho, também já é compromisso do Tribunal (de R\$ 440,00 para R\$ 710,00), Indagou se a proposta de abono de R\$ 100,00 reais seria accita pelos sindicatos. Sandra respondeu com o entendimento dos servidores de que haveria a possibilidade alocar mais R\$ 20 milhões para esse abono. O Deputado Sargento Rodrigues informou que os servidores desejam ver o remanejamento orçamentário desse valor, para aumentar o valor do abono. Lembrou de outros dois pontos levantados pelos servidores: rediscutir o nível superior de escolaridade dos oficiais de justiça, considerando-o ponto de extrema justiça (no que foi seguido pelo Dep. Durval Ângelo); adiantamento das despesas indenizatórias de transportes dos oficiais de justiça par ao cumprimento de diligências. A comissão asseverou que essas são propostas novas, não discutidas até aqui, mas que podem ser retornadas em negociações posteriores. O Deputado Sargento Rodrigues salientou seu entendimento de que o impasse está sobre o valor do abono, indagando se há condições do Tribunal realizar um estudo sobre a incorporação futura do abono. Entende que a possibilidade desse estudo é uma boa perspectiva para os servidores. Indagou ainda se, em caso de transposição da alegada verba de R\$ 20 milhõespara pessoal, haveria a possibilidade de incorporála ao orçamento do Tribunal, para o futuro. Salientou, aínda, sobre a sua constatação de que há necessidade de melhorar as condições de trabalho dos servidores. A comissão esclareceu que o valor de R\$ 100,00 para o abono decorreu do aproveitamento do recurso disponível identificado para suplementação, da ordem de R\$ 32,5 milhões, contudo dele se deduzindo R\$ 22 milhões para ajustamento do percentual de revisão geral anual para 6,42%, a pedido dos próprios sindicatos. Salientou que as despesas continuadas assumidas no corrente exercício se desdobram para exercíciós

A Di

Van S

A A

A H

posteriores, multiplicadas pelo percentual de revisão geral anual e consideradas na integralidade do exercício, o que implica risco de extrapolação de limites fiscais. Lembrou que o remanejamento dos recursos internos (R\$ 20 milhões) contraria orientação do CNJ, que não pode ser desrespeitada pelo Tribunal, não obstante opiniões contrárias dos técnicos que assessoram os sindicatos. O Deputado Sargento Rodrigues indagou se há alguma outra proposta do Tribunal a ser apresentada. O Deputado Durval Ângelo ponderou, por hipótese, sobre a apresentação de um documento formal, a ser apresentado às assembléias dos servidores, asseverando a transparência dos dados orçamentários do Tribunal, enumerando as propostas que já são objeto de consenso, e, com relação ao abono, afirmando que as negociações prosseguirão. A comissão acenou com a possibilidade de instituir um abono percentual sobre o PJ 01, que seria naturalmente indexado com as revisões gerais anuais. O Deputado Sargento Rodrigues reiterou que gostaria de ouvir o Tribunal sobre a possibilidade de avançar em sua proposta. A comissão asseverou a sua postura de somente se pronunciar sobre possibilidades reais, não admitindo a construção de propostas que não possam ser cumpridas futuramente. Lembrou ainda que a participação dos sindicatos na elaboração orçamentária, já reafirmada antes, representa uma quebra de paradigma. O Deputado Sargento Rodrigues indagou, novamente, se não haveria possibilidade de submeter ao Presidente uma sugestão de assumir o compromisso de melhorar o valor do abono proposto. A comissão ressaltou a necessidade de que os entendimentos havidos nesta reunião sejam transmitidos com o devido compromisso às assembléias dos servidores. O Deputado Sargento Rodrigues propôs a suspensão da reunião para que consulte o Presidente. A reunião foi interrompida. Retomados os trabalhos, a comissão informou que consultou o Presidente do Tribunal, que admitiu o envio da proposta de substitutivo ao PL 3878/2013, ampliando para 6,42% o índice de revisão geral anual. Enfatizou a necessidade de que os líderes exerçam a sua liderança no sentido de, ao menos, suspender a greve. Além disso, o Presidente assumiu o encargo de gerir os esforços devidos para viabilizar o abono percentual de 14,28% sobre o valor atual do PJ 01, em valor fixo para todos os servidores, a partir de agosto de 2013. A despesat

July_

A

2013. A despesar

my Jan

montará, para o exercício de 2014, a mais de R\$ 40.000.000,00. Haverá possibilidade de se avaliar a incorporação futura do abono, quando das discussões da próxima data-base, em 2014. A reunião foi novamente interrompida, para avaliação dos sindicatos. Retomados os trabalhos, foram acordadas com a comissão de desembargadores, com os representantes sindicais e com os mediadores, Deputados Rogério Corrêa, Durval Ângelo e Sargento Rodrigues, as seguintes propostas, que serão submetidas às AGE's, desde que os servidores retornem ao trabalho: revisão geral anual, a partir do mês de maio, pelo índice de 6,42% (valor previsto para o IPCA), por meio de proposta, em forma de substitutivo, ao PL 3878/2013, em tramitação na ALMG; abono de valor mensal de R\$ 130.00, que corresponde, atualmente, ao percentual de 14,28% do valor do PJ 01, (R\$ 910,53), a ser implementado na folha de agosto/2013 (que será paga no início de setembro/2013), a ser reajustado em maio/2014, pelo mesmo percentual da data-base; os dias parados, considerando-se a data de fechamento da folha, serão descontados e repostos em folha suplementar, após a deliberação do fim da greve pelas AGE's; a compensação dos dias parados será feita através de bancos de horas ou férias, no prazo máximo de 6 meses, na forma definida em escala organizada diretamente com a chefia imediata do servidor e comunicada à Diretoria de Recursos Humanos do TJMG; com relação aos oficiais de justiça a compensação se dará através de cumprimento dos mandados, de forma a ser definida com a respectiva direção do foro, considerando os mandados represados, num prazo máximo de 60 dias, e considerando-se ainda que os mandados novos deverão ser cumpridos no prazo legal; o Estado e os sindicatos desistirão reciprocamente de todas as ações interpostas, que versam sobre a greve e ainda, por parte do Estado, será feito o pedido expresso de revogação das multas; o auxílio-alimentação será majorado em R\$ 270,00 a partir de 1º de julho do corrente ano (chegando a R\$ 710,00), mantendo-se, a partir de então, a equiparação com o valor pago aos magistrados; os sindicatos submeterão às suas assembléias a utilização dos recursos remanescentes para pagamento retroativo da equiparação do vale-lanche, considerando ser um recurso aplicável a esse fim; os sindicatos participarão de forma efetiva da elaboração e execução do orçamento. Faz parte integrante deste acordo/

o entendimento havido com o SERJUSMIG, em reunião ocorrida no dia 9/4/2013. A discussão sobre o reajuste escalonado fica temporariamente suspensa. O SINDOJUS-MG solicitou o reenvio da proposta original do PL 4631/2010 ao Poder Legislativo e do cumprimento da Res. 153/CNJ, no que foi acatado pela comissão, desde que não gere impacto orçamentário. Solicitou ainda a composição de comissão de estudos quanto ao reajuste emergencial das verbas indenizatórias de transporte dos oficiais de justica, no que foi seguido pelo SERJUSMIG. Encerrada a refinião, foi feito o presente registro, que vai assinado pelos presentes.0

Kurane 1

Chore bonin

within Is do Cars